

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	11
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	16
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	18
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	19
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	25

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	26
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Descrição - Controles Internos	28

Índice

5.4 - Programa de Integridade	29
5.5 - Alterações significativas	31
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	35
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	36
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	37
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	38
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Produção/comercialização/mercados	40
7.4 - Principais clientes	41
7.5 - Efeitos da regulação estatal	42
7.6 - Receitas relevantes no exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	44
7.8 - Políticas socioambientais	45
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	46
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	47
8.2 - Alterações na condução de negócios	48
8.3 - Contratos relevantes	49
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	50
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	51
9.1.a - Ativos imobilizados	52
9.1.b - Ativos Intangíveis	53
9.1.c - Participação em sociedades	56
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	58
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	59

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	62
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	64
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	65
10.5 - Políticas contábeis críticas	66
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	67
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	68
10.8 - Plano de Negócios	69
10.9 - Outros fatores com influência relevante	70
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	71
11.2 - Acompanhamento das projeções	72
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	73
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	76
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	79
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	80
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	81
12.7/8 - Composição dos comitês	83
12.9 - Relações familiares	84
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	85
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	86
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	87
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	88
13.2 - Remuneração total por órgão	91
13.3 - Remuneração variável	96
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	97
13.5 - Remuneração baseada em ações	98
13.6 - Opções em aberto	99
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	100
13.8 - Precificação das ações/opções	101

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	102
13.10 - Planos de previdência	103
13.11 - Remuneração máx, mín e média	104
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	105
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	106
13.14 - Remuneração - outras funções	107
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	108
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	109
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	110
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	112
14.3 - Política remuneração dos empregados	113
14.4 - Relações emissor / sindicatos	114
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	115
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	116
15.3 - Distribuição de capital	119
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	120
15.5 - Acordo de Acionistas	121
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	122
15.7 - Principais operações societárias	123
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	125
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	126
16.2 - Transações com partes relacionadas	127
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	129
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	130
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	131
17.2 - Aumentos do capital social	132
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	133
17.4 - Redução do capital social	134

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	135
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	136
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	137
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	138
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	139
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	140
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	141
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	142
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	143
18.8 - Títulos emitidos no exterior	144
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	145
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	146
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	147
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	148
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	149
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	150
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	151
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	152
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	153
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	154
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	155
21.3 - Responsáveis pela política	158
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	159

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luciano Ribas Battistella

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente

Declaro que:

- a) revi o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**1.1. DECLARAÇÃO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

Declaro que:

- a) revi o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella
Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**1.3 - DECLARAÇÃO DIRETOR PRESIDENTE / RELAÇÃO COM INVESTIDORES**

Declaro que:

a) revi o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella

Diretor de Relação com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Martinelli Auditores
CPF/CNPJ	79.370.466/0001-39
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R \$ 80.555,00 (oitenta mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), referente à prestação de serviços descritos acima.
Justificativa da substituição	Não ocorreu substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não ocorreu substituição

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alfredo Hirata	01/01/2018	036.687.878-67	Avenida sete de setembro, 4476, 0000, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-210, Telefone (41) 33428229, Fax (41) 33428229, e-mail: hirata@martinelliaud.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	90.069.000,00	25.984.000,00	10.087.000,00
Ativo Total	258.128.000,00	42.633.000,00	29.183.000,00
Resultado Líquido	73.894.000,00	15.897.000,00	9.669.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	14.860.568	14.860.568	14.860.568
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	6,060939	1,748520	0,678776
Resultado Básico por Ação	4,972488	1,069744	0,650648

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis*EBITDA – Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization***LAJIDA** - Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

EBITDA	31/12/2021	% s/Rol	31/12/2020	% s/Rol	2020 - 2021
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	73.894	7,83%	15.897	3,50%	57.997
(+) IR e CSLL	(57)	-0,01%	4.440	0,98%	(4.497)
(+/-) Resultado Financeiro	4.016	0,43%	9.269	2,04%	(5.253)
(+) Depreciação e amortização	6.365	0,67%	7.664	1,69%	(1.299)
EBITDA	84.218	8,93%	37.270	8,21%	46.948

Rol - Receita Operacional Líquida	943.247	453.812	489.435
--	----------------	----------------	----------------

O aumento no EBITDA refere-se principalmente ao resultado operacional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Eventos Subsequentes – COVID 19

Em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19).

A companhia sofreu reflexos negativos em suas operações de vendas de veículos e derivados de madeira, entre os meses de março e setembro de 2020, por conta da redução de atividades de seus parceiros comerciais, diminuídas por medidas de isolamento decretadas por entes governamentais. No entanto, a partir do mês de outubro os segmentos reagiram positivamente, o que proporcionou a recuperação do nível de atividade, com a recuperação total das vendas e margem orçadas para o período. O fornecimento de peças e acessórios não foi interrompido, portanto as oficinas das concessionárias mantiveram normais suas atividades.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer nas suas operações, na medida do possível e antecipadamente, a Companhia vai ajustando as atividades da operação, para que tais efeitos não afetem significativamente a liquidez das empresas. Assim, até o momento, não há risco eminente que possa vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

No decorrer de 2021, mesmo com o avanço dos casos de Covid no Brasil a companhia não sentiu reflexos negativos. Os fornecedores não interromperam suas atividades, disponibilizando normalmente as peças e acessórios, ocasionando o funcionamento normal das concessionárias.

A companhia monitorou as vacinações dos colaboradores, alcançando 95% de imunizações, o que acabou resultando na diminuição dos casos de infecções.

A Companhia, através de seus canais internos de comunicações, orientou todos os funcionários em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na empresa ou em suas respectivas casas.

Abaixo, as principais ações implementadas para minimizar os impactos da pandemia e prevenção:

- Higienização completa de ambientes
- Distribuição de Álcool em gel
- Distribuição de máscaras de proteção para os funcionários
- Campanha de conscientização de distanciamento social
- Incremento nas linhas de Ônibus fretado
- Revezamento de funcionários em trabalho *home office*, visando diminuir concentração de pessoas nas áreas administrativas
- Concessão de férias aos trabalhadores das áreas produtivas e administrativas;
- Folgas utilizando Banco de Horas para compensação futura com feriados;
- Prorrogação de prazos de vencimentos dos títulos junto aos fornecedores;
- Utilização de linhas de longo prazo para captar financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras;
- Postergação de Impostos e Contribuições, dentro do permitido na legislação;
- Redução de custos de toda ordem;
- Renegociação de contratos de serviços e fornecimento de materiais em melhores condições.

A Administração continua monitorando o mercado e suas possíveis consequências para a Companhia, decorrentes da evolução da pandemia, podendo tomar novas ações que mitiguem eventuais impactos negativos em suas demonstrações financeiras.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

- a. regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais*
- b. regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios*

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, sendo que do resultado do exercício serão os deduzidos valores para apuração do lucro líquido: (i) prejuízos acumulados, (ii) provisão para imposto de renda, e (iii) parcela destinada à participação dos administradores da Companhia, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das SA quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral e condicionada à distribuição dos dividendos obrigatórios.

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% para constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social da Companhia, (ii) formação de reserva para contingência e de lucros a realizar, em valor a ser determinado pelos administradores, (iii) 25% será distribuído aos acionistas da Companhia na forma de dividendo obrigatório, sobre os quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre capital próprio, conforme a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária, se compatível com a situação financeira da Companhia, (iv) havendo saldo remanescente, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, a distribuição aos acionistas ou constituição de reserva de lucros a distribuir ou reserva de investimento e capital de giro, a fim de assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro da companhia, além de amortização de dívidas da Companhia e funcionamento de sociedades controladas e coligadas.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2019 não houve destinação de lucro ou distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um lucro de R\$ 9.669 milhões, o qual foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2020 não houve destinação de lucro ou distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um lucro de R\$ 15.897 milhões, o qual foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2021 houve destinação de lucro e distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um lucro de R\$ 73.894 milhões. A companhia provisionou, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 9.809 referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme o previsto em Estatuto Social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos ocorre anualmente, observadas as regras mencionadas nos itens “a” e “b” deste item 3.4 e de acordo com a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		39.233.145,85	15.897.000,00	9.669.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		76,470000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		30.000.000,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		9.233.145,85	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção		29/04/2022		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			30.000.000,00	10/05/2022	0,00		0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

A Companhia deliberou, na AGO realizada em 30 de abril de 2021, pela absorção do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 15.897 à conta de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e a consequente não distribuição de dividendos em 2021.

A Companhia deliberou, na AGO realizada em 28 de abril de 2022, pela distribuição de R\$ 20.192 referente dividendos adicionais, além dos mínimos obrigatórios que já estavam provisionados em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 9.808, conforme o previsto em Estatuto Social

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social, em 31 de dezembro de 2021, corresponde ao montante de R\$ 2.065.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	168.056,00	Índice de Endividamento	1,86589100	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		17.225,00	38.299,00	0,00	0,00	55.524,00
Total			17.225,00	38.299,00	0,00	0,00	55.524,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 3 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia

a. Relacionados à Companhia

O endividamento financeiro consolidado da Companhia requer que uma significativa parcela de seu fluxo de caixa seja utilizada para pagar o principal e juros relacionados ao endividamento. Foram tomadas medidas para a redução do endividamento e minimização de seu impacto no fluxo de caixa da companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento financeiro total consolidado da Companhia era de R\$ 68,3 milhões, sendo 72% de longo prazo.

A sua capacidade de gerar recursos financeiros para cumprir suas obrigações com respeito a sua dívida depende do seu desempenho financeiro e operacional que, por sua vez, está sujeito a condições econômicas e competitivas de mercado.

Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode vir a ser parte em processos de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária, iniciados no curso normal de seus negócios. Na eventual ocorrência de decisões judiciais desfavoráveis à Companhia, em processos que representem improcedência avaliada como possível ou remota, os resultados operacionais poderão ser afetados.

b. Relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Em virtude dos acionistas controladores deterem aproximadamente 69,4920% das ações com direito a voto, eventuais deliberações podem ser conflitantes com os interesses dos investidores minoritários da Companhia.

O Acionista Controlador da Companhia, por deter 69,4920% das ações com direito a voto, tem poderes para eleger os membros de seu Conselho de Administração e determinar deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências da Lei das Sociedades por Ações, que porventura podem divergir dos interesses de minoritários.

c. Relacionados aos seus acionistas

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o disposto no seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas um dividendo anual obrigatório de 25% de seu lucro líquido anual, ajustado a título de dividendo obrigatório. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Além disso, a companhia pode não realizar o pagamento de quaisquer dividendos, caso devido, se tal pagamento for incompatível com a situação financeira da Companhia.

d. Relacionados às suas controladas e coligadas

A controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. faz parte de um contrato de concessão com a Scania do Brasil S.A., por meio do qual, suas concessionárias revendem os veículos fabricados pela Scania, prestam serviços de oficina e comercializa peças.

e. Relacionado aos seus fornecedores

Os riscos relacionados à Companhia são os mesmos relacionados às suas controladas.

f. Relacionados a seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Reveses em certos setores de mercados cíclicos nos quais nossos clientes em potencial operam podem ter um efeito adverso para os nossos negócios.

Os setores de transporte e logística seguem em geral os ciclos da economia mundial e nacional. O cenário atual passa por dificuldades, porém tendo em vista que esses setores estão diretamente ligados a infraestrutura, deverão ser demandados significativamente nos próximos anos.

Relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Dada a influência significativa do Governo Federal sobre a economia brasileira, e a conjuntura econômica e política atual, podem ser afetadas as operações, bem como o valor de mercado, das ações da Companhia.

Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser afetados por mudanças nas políticas públicas e/ou regulamentações nas esferas federal, estadual e municipal em relação a determinados fatores, como: aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, desvalorizações de moeda, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços.

A inflação e as medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo afetar as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

As medidas governamentais para controlar a inflação e a especulação relativa a possíveis medidas para controlá-la podem contribuir para as incertezas acerca da economia brasileira e diminuir a confiança dos investidores no Brasil, afetando adversamente a capacidade da Companhia e suas controladas de acesso às fontes de financiamento.

Os acontecimentos nas economias de outros países e a percepção dos riscos a elas relacionados podem afetar negativamente a economia brasileira, nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas Ações, além de limitar o acesso da Companhia aos mercados internacionais.

As crises financeiras globais resultam em um ambiente de recessão global, com diversos efeitos sobre o mercado de ações e a economia no Brasil, como aumento na volatilidade do preço dos valores mobiliários e das taxas cambiais, redução nas linhas de crédito e pressões inflacionárias. A reação dos investidores frente aos acontecimentos em outros países pode representar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

g. Relacionados à regulação dos setores da economia nos quais a Companhia atua *A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais.*

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas e revogação de licenças.

h. Relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui operações próprias ou por meio de coligadas em países estrangeiros.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. Está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza cível e tributária.

As provisões são registradas com base na posição dos advogados e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas, cuja perda é considerada como provável por nossos advogados externos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas relacionadas a sociedades que adquirimos, cuja perda é considerada como provável e cujos valores são integralmente provisionados.

(i) Contingências Cíveis

Destacam-se abaixo os processos cíveis que a Companhia considera relevante, em que a Companhia e/ou suas controladas são parte:

Processo nº 0305801-33.2015.8.24.0039	
a. juízo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
b. instância	4ª Vara Cível da Comarca de Lages/SC
c. data de instauração	02/09/2015
d. partes no processo	Pamela Branco Schweitzer X Battistella Ind. E Com. Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.533.632,50
f. principais fatos	Rescisão contratual c/c danos materiais e lucros cessantes, em virtude de contrato de arrendamento firmado entre as Autoras e Flobasa em 2003, que foi objeto de subarrendamento para a Mobasa, relativamente à Fazenda Pai João Quirino.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista financeiro, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 1.533.632,50
Processo nº 0002054-08.2001.8.24.0018	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Chapecó SC
b. instância	1ª
c. data de instauração	16.01.2004
d. partes no processo	A. Graciani e Cia Ltda. vs. Battistella Indústria e Comércio Ltda. (incorporadora de Battistella Administradora de Consórcios SC
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 558.360,00
f. principais fatos	Declaração de existência de valores pagos a maior pelo autor em Consórcio de veículo/caminhão
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista financeiro, considerando que há valor provisionado na contabilidade.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

i. valor provisionado	R\$ 558.360,00
-----------------------	----------------

(ii) Contingências Tributárias

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia e/ou suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal-tributária. Contudo, em virtude da reabertura de programas de parcelamento, junto aos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia aderiu ao benefício, parcelando seus débitos relevantes em aberto.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor e suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, pois a Companhia é uma companhia nacional, com sede no Brasil e suas ações são custodiadas neste País.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Procedimentos e controle dos principais ciclos operacionais da empresa, visando detectar fragilidades que mereçam correção e desvios.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Equipe interna e externa de avaliação de todas as operações e reportes para a Administração

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São realizadas revisões por equipe interna da Companhia, financeira, contábil, Administrativa. Os trabalhos são desenvolvidos focando a avaliação das operações como um todo, exame de documentação, verificações físicas, revisão e análise documental.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, fator que influencia o negócio de caminhões, na controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., a qual não corre risco cambial. A controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. corre risco com as oscilações do câmbio, uma vez que parte de seu faturamento provém do mercado externo.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota mecanismos visando reduzir a exposição a flutuações de dólar no curto prazo.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza, visando proteção patrimonial, travas cambiais de até um ano.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em relação às vigentes no mercado.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial, pois não realiza a contratação de hedges financeiros.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas recomendadas pela Diretoria e Conselho de Administração, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, a Administração monitora e avalia a adequação das operações da Companhia às políticas estabelecidas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

Para avaliação da eficiência dos controles internos da Companhia, a Administração conta com o trabalho da auditoria externa.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A contabilidade elabora as demonstrações financeiras da Companhia, as quais são analisadas e aprovadas pela Diretoria, pela Diretoria de Relações com Investidores e pela auditoria externa.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos previstos no exercício é reportado por meio de relatório à Administração, que reporta ao Conselho de Administração. As deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área corporativa da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O trabalho realizado pela auditoria de controles internos abrangeu o segmento “veículos e serviços de oficina” e o segmento “florestal”. Com relação a 2021 foram identificados pontos de melhoria nos controles contábeis.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que, não foram identificadas deficiências ou recomendações sobre os controles internos que não possam ser sanadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Para a prevenção e identificação de fraudes, a Companhia adota a criação e manutenção de Políticas Corporativas, nas áreas de Controladoria, Financeira e Tesouraria, Gestão da Informação, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Jurídico e Marketing e Comunicação, nas quais são elencadas as formas adequadas de realizar ações na Companhia. As Políticas e Procedimentos são anualmente revisados pelos Gestores

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As áreas interessadas propõem a norma, política ou procedimento, através de seu Coordenador, de forma, sucinta, clara e objetiva. A proposta é previamente encaminhada para análise das demais áreas envolvidas, e após o retorno, será consolidado e submetido à Diretoria para aprovação final.

Após a aprovação, a área de Gestão de Pessoas providencia a divulgação do conteúdo a todos os funcionários, através do Portal Corporativo e em reuniões presenciais; para cada norma ou política é estabelecido um gestor responsável pela sua aplicação.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão prevista;*
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A Companhia emissora não possui um Código de Conduta formalmente aprovado.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

A Companhia mantém um canal interno, para receber denúncias de possíveis práticas ilícitas ou antiéticas, dentro da Companhia, relacionados a uso inadequado de ativos da empresa, tratativas inadequadas de informações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

comerciais, conflitos de interesses, atividades ilícitas, fraude, corrupção, suborno, discriminação, assédio, desrespeito aos direitos humanos, entre outros. As denúncias são analisadas e tratadas pela Administração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Todas as operações de reestruturações societárias são aprovadas previamente pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como é acompanhado sua evolução, pela Diretoria e Conselho, até sua finalização.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido”

Não aplicável, visto que a Companhia adota os procedimentos citados acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 5.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	01/08/1974
Forma de Constituição do Emissor	Constituído sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	14/03/1996

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Fundado por Emílio Fiorentino Battistella em 1949, o grupo Battistella iniciou suas atividades na cidade de Lages, em Santa Catarina, com a implantação de uma serraria que levava o nome do fundador.

Já nos anos 50 o Grupo Battistella iniciou a expansão de suas operações, e se tornou uma das primeiras empresas no Brasil a representar a marca Scania.

Nas décadas de 60, 70 e 80 o grupo cresceu para diversos ramos, como hotelaria, fazendas de gado e de madeira, entre outros.

Na década de 90 e já nos anos 2000, a Companhia voltar a focar na sua origem, deixando de operar nos setores que não os dois originais, quais sejam madeira e revenda Scania.

Em junho de 2016, foi criada uma nova empresa, a Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., com objetivo de absorver as operações de revenda de peças e veículos Scania e a prestação de serviços de oficina, tendo assim, independência nesse ramo de negócio.

Em abril de 2021, ocorreu a alteração da razão social da Companhia para “Embpar Participações S/A, conforme ata da 46ª Assembleia Extraordinária e 26ª Assembleia Geral Ordinária.

Em junho de 2021, foi criada uma nova empresa, a Jaspe Imóveis S/A, com objetivo de absorver todos os imóveis das controladas e exercer atividade de administradora dos imóveis da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Até a data atual, a Companhia não apresentou nem sofreu qualquer pedido de falência, tampouco recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não existem outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 6.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Visão Geral

Listamos abaixo descrição sumária das atividades da Companhia, bem como as atividades desenvolvidas por suas Controladas.

Companhia

A Embpar Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São José dos Pinhais, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”).

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella Agro Pastoril e Administradora de Bens S.A.

A Embpar Participações S.A. e suas controladas têm como principais atividades preponderantes:

- a) Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- b) Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- c) Participação em outras sociedades.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Segmento veículos pesados

A companhia opera através de sua subsidiária Cotrasa na revenda de veículos pesados da marca Scania, bem como de venda de peças e prestação de serviços de oficina. A rede Cotrasa é composta por 7 unidades prestadoras de serviços, distribuídas nas melhores praças do estado do Paraná. A empresa é reconhecida pelo processo de venda técnica que realiza orientando seus clientes na escolha dos melhores equipamentos para atender as reais necessidades em que serão aplicados – Caminhões novos ou Peças e Serviços.

Com um trabalho pautado na busca da excelência operacional, na qualidade do atendimento e prestação de serviços de oficina e venda de peças Scania, a Cotrasa segue os mais rígidos padrões de eficiência reconhecidos pela Scania.

Segmento Florestal

O segmento Madeira é dedicado à industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados, atendendo a mercado interno e externo.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. *características do processo de produção*

Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Este segmento opera com (i) veículos novos; (ii) peças e serviços.

Veículos Novos

As 7 revendas de caminhões Scania, atendem às exigências de qualidade de um segmento altamente competitivo e são atividades da empresa controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. (*Cotrasa*). São caminhões de alta performance, com motores de torque elevado, boa dirigibilidade e excelente economia de combustível. Os caminhões novos Scania foram desenvolvidos para atender às exigências de um mercado que busca a maior disponibilidade e durabilidade de equipamentos, com baixo custo operacional.

Peças e Serviços

As Unidades de Peças e Serviços funcionam como centros de atendimento integrados para realização de reparos ou manutenção programada de veículos pesados Scania ou multimarcas, em todas as casas da rede de concessionárias Cotrasa. Uma estrutura completa garante o suporte necessário para manter os veículos em perfeitas condições: scania assistance, acessórios genuínos, sistema de troca, peças genuínas, garantia, acordos ou contratos de manutenção, reparos e treinamentos Scania.

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

O setor de derivados de madeiras beneficia, industrializa e comercializa produtos para os setores moveleiro e construção civil. A eficiência e tecnologia aplicada aos seus produtos é resultado do conhecimento adquirido ao longo de mais de 70 anos atuando no atendimento dos mais exigentes mercados nacionais e internacionais.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Cotrasa Veículos e Serviços Ltda

O setor de concessões no Brasil é regulamentado pela Lei Renato Ferrari.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política Ambiental

Conservação dos recursos naturais para as gerações futuras; Manutenção da biodiversidade; evitar toda e qualquer forma de poluição; buscar sempre a melhoria contínua dos processos operacionais visando o desenvolvimento social e preservação ambiental; cumprir integralmente todas as leis e regulamentos aplicáveis às operações ambientais; identificar oportunidades e riscos ambientais relacionados aos negócios atuais e em desenvolvimento e; instituir programa de gestão ambiental formal em todas as suas unidades.

Procedimentos:

As Unidades de Negócios (UN) devem atender a política ambiental corporativa através de auditorias ambientais constantes, estabelecimento de sistemas formais de gestão ambiental, estudo e análise de relacionamento com as partes interessadas e participação em mecanismos externos de gestão e controle ambiental (institucionais, governamentais e não-governamentais) conforme os procedimentos abaixo listados:

A Companhia mantém em dia as licenças ambientais, bem como controla as datas de vencimento das mesmas e suas renovações, com acompanhamento do departamento jurídico e da Diretoria.

Cada UN deve acompanhar as alterações atinentes à área ambiental que possam impactar em sua área de atuação.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia possui em suas atividades operações de revenda e serviços Scania, cujo Contrato de Concessão é datado de 11 de outubro de 1972.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

A Companhia não possui receitas provenientes de outros países que não o Brasil. As atividades da Companhia estão concentradas no território nacional.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

As atividades da Companhia estão restritas ao território nacional, e portanto, não estão sujeitas à regulação de outros países.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**(a) se a Companhia divulga informações socioambientais**

A Companhia não divulga informações socioambientais

(b) metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia não divulga informações socioambientais

(c) se as informações são auditadas ou revisadas por auditor independente

As informações financeiras abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente.

(d) página na rede mundial de computadores onde a informação pode ser encontrada

As informações podem ser encontradas no site de Relações com Investidores da Companhia:
<http://www.embpar.com.br>

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 7 do Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não ocorreram aquisições ou alienações de ativos relevantes em 2021.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não ocorreram alterações na forma de conduta dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não foram firmados contratos relevantes pelo emissor e/ou suas controladas, com terceiros, não diretamente relacionadas com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência além daquelas já divulgadas e descritas.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julgemos relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno c/165.319 m2 + edificações	Brasil	SC	Lages	Própria
Terreno c/65.548,57 m2 + edificações	Brasil	SC	Rio Negrinho	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	006967396 COTRASA	10/08/2019	Expiração do prazo de vigência; renuncia, que poderá sr total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.
Marcas	GRUPO BATTISTELLA	10/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.
Marcas	815693001 COTRASA	18/08/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	760309469 GRUPO BATTISTELLA	20/04/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.
Marcas	CONGLOMERADO BATTISTELLA	16/08/2024	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.
Marcas	006671519 - Figurativa classe 07/10.25-60	25/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	006671535 - Figurativa classe 37/42.43.44 - para serviços	25/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação. Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação
Marcas	APABA	18/08/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação. Perda do direito de uso exclusivo em todo o território nacional em seu ramo de atividade. Consequentemente perde-se o direito de: I - ceder seu registro ou pedido de registro; II - licenciar seu uso; III - zelar pela sua integridade material ou reputação

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Battistella Indústria e Comércio Ltda	84.933.118/0001-62	-	Controlada	Brasil	SC	Rio Negrinho	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	10.145.000,00	Valor contábil	31/12/2021	50.748.000,00		
31/12/2020	38,650000	0,000000	2.785.000,00					
31/12/2019	-3,423157	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Grupo Battistella iniciou suas atividades em Lages, Santa Catarina, através do negócio de madeira provenientes de florestas adquiridas na região pelo seu fundador, Sr.Emílio Fiorentino Battistella. Na década de 50 já com a denominação Battistella Indústria e Comércio Ltda, três serrarias e 250 funcionários, a empresa passa a atender todos os continentes. Ganhou a concorrência por dois anos de fornecimento de madeira para a construção de Brasília.								
Battistella Máquinas Ind e Comercio Ltda	67.122.762/0001-31	-	Controlada	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Empresa incorporada na Cotrasa Veículos e Serviços em outubro de 2020	0,000000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 1977 a Companhia adquire através de sua então Controlada Maquigeral S/A e ingressa no mercado de montagem e comercialização de máquinas industriais, em maior escala, incluindo grupos geradores de energia auxiliar. Posteriormente, esse segmento foi descontinuado e a empresa tornou-se inativa.								
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	24.951.802/0001-45	-	Controlada	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Revenda de peças e veículos Scania e a prestação de serviços de oficina	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	8.860.000,00	Valor contábil	31/12/2021	39.526.000,00		
31/12/2020	67,430000	0,000000	0,00					
31/12/2019	177,991955	0,000000	0,00					

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Absorver as operações de revenda de peças e veículos Scania e a prestação de serviços e oficina, segregando da empresa controladora								
Jaspe Imóveis S/A	43.280.043/0001-80	-	Controlada	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Gestão e Administração de propriedade imobiliária.	99,990000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Administrar bens imóveis da controladora e suas controladas.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes já foram divulgadas na Seção 9 do presente Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a) - Condições Financeiras e Patrimoniais**

Este relatório tem como objetivo informar sobre a situação e desempenho das unidades de negócio e respectivos negócios setoriais, procurando dar a melhor visão possível sobre a situação corrente e perspectivas das atividades e resultados das empresas integrantes do grupo Embpar (Companhia).

Desempenho econômico financeiro:**Resultado - Consolidado****Receita Operacional Líquida e Custo dos produtos vendidos**

Resultado Consolidado do período	31/12/2021	31/12/2020	Variação %
Receita Líquida de Vendas	943.247	453.812	108%
(-) Custos dos Bens e Serviços vendidos	(786.838)	(368.974)	113%
Lucro Bruto	156.409	84.838	84%

No segmento florestal, a Companhia industrializa e comercializa madeira processada e seus derivados. No segmento de veículos pesados a Companhia comercializa caminhões e ônibus marca Scania, acessórios e presta serviços de assistência técnica em suas concessionárias autorizadas.

Houve acréscimo de 84% no lucro bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 comparado com 2020, o que demonstra eficiência operacional.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram a seguinte evolução:

Comercial

Despesas com Vendas	31/12/2021	31/12/2020	Variação %
Salários, encargos e comissões	9.928	5.083	95%
Entregas	30.341	18.535	64%
Outras	4.695	3.423	37%
Total	44.964	27.041	66%

Percentual sobre a ROL	4,77%	5,96%
-------------------------------	--------------	--------------

As despesas da área comercial, em 2021 apresentaram acréscimo de 66% no total, em comparação a 2020, sendo mais expressivo o aumento nas despesas com fretes e entregas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2021	31/12/2020	Variação %
Salários e encargos	19.336	12.903	50%
Honorários de administradores	2.238	1.419	58%
Aluguel e arrendamento	5.604	449	1148%
Manutenção e conservação	3.389	2.719	25%
Depreciação e amortização	761	5.756	-87%
Guarda e segurança	1.360		
Impostos, taxas e contribuições	4.309	468	821%
Honorários serviços profissionais	8.517	4.402	93%
Comunicações	700	720	-3%
Viagens	501	482	4%
Propaganda e publicidade	1.405		
Outras	5.246	5.813	-10%
Total	53.366	35.131	52%

No total, em 2021, as despesas administrativas tiveram aumento de 52% em relação a 2020.

EBITDA – Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

EBITDA	31/12/2021	% s/Rol	31/12/2020	% s/Rol	2020 - 2021
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	73.894	7,83%	15.897	3,50%	57.997
(+) IR e CSLL	(57)	-0,01%	4.440	0,98%	(4.497)
(+/-) Resultado Financeiro	4.016	0,43%	9.269	2,04%	(5.253)
(+) Depreciação e amortização	7.738	0,82%	7.664	1,69%	74
EBITDA	85.591	9,07%	37.270	8,21%	48.321

Rol - Receita Operacional Líquida	943.247	453.812	489.435
--	----------------	----------------	----------------

O aumento no EBITDA refere-se principalmente ao resultado operacional.

Desempenho Econômico financeiro**Caixa, Bancos e Endividamento Líquido**

Endividamento líquido	31/12/2021	31/12/2020	2021 - 2020
Disponibilidades	59.484	14.509	45.222
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.484	14.262	45.222
Aplicações Financeiras - garantidores	-	247	-
Endividamento	68.361	45.837	22.524
Empréstimos bancários	55.524	29.666	25.858
Financiamento por arrendamento - CPC 06	12.837	16.171	(3.334)
Endividamento líquido	8.877	24.969	(22.698)
Endividamento líquido	(3.960)	15.157	(19.364)
Financiamento por arrendamento - CPC 06	12.837	16.171	(3.334)

Considerando endividamento bancário + financiamento por arrendamento – CPC 06, a Companhia registrou uma redução de R\$ 22.698 em 31 de dezembro de 2021, comparado com 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

- i. Hipótese de resgate: não há previsão de resgate de ações da Companhia, além das legalmente previstas
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Ver tópico “Desempenho econômico financeiro/Caixa, Bancos e Endividamento líquido”.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

Descrição	Moeda	Taxa de Juros Anual		Vencimento Final	Consolidado	
		Indexador	Modalidade		31/12/2021	31/12/2020
Moeda Nacional						
Financiamentos						
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	4,91%	CDI Capital de Giro	23.02.2022	-	2.126
Banco Mercantil do Brasil S.A.	R\$	9,38%	CDI Capital de Giro	16.01.2022	-	10.505
Banco Itaú S/A	R\$	De 2,29% a 9,9%	CDI Capital de Giro	16/09/2024	7.431	11.231
Banco Itaú S/A	USD	2,29%	Capital de Giro	19/11/2025	35.645	-
Banco Caixa Econômica Federal	R\$	2,06%	CDI Capital de Giro	30/09/2025	9.391	-
Outras Instituições Financ.	R\$	De 10,2% a 11,65%	CDI diversos	diversos	3.091	5.913
					55.558	29.775
(-) Custos a apropriar s/empréstimos					(34)	(109)
					(34)	(109)
TOTAL EMPRÉSTIMOS					55.524	29.666
Circulante					17.225	10.724
Não Circulante					38.299	18.942

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não ocorreu.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não ocorreu.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não ocorreu.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não se aplica.

g) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Não ocorreram alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras em 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações do emissor****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Receita Líquida Operacional: No segmento florestal, a Companhia industrializa e comercializa madeira processada e seus derivados. No segmento de veículos pesados a Companhia comercializa caminhões e ônibus marca Scania, acessórios e presta serviços de assistência técnica em suas concessionárias autorizadas.

O crescimento das receitas já era esperado, acompanhando a melhora do mercado dos segmentos em que atua.

Resultado Financeiro: No exercício de 2021, no consolidado, a Companhia apresentou saldo negativo de R\$ 4.016 frente ao saldo negativo de R\$ 9.269 em 2020, conforme demonstrado abaixo:

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Correção monetária (a)	-	-	3.549	-
Juros ativos	-	-	624	163
Juros s/operações de mútuos	-	-	4	108
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	336	49
Descontos obtidos	-	-	66	95
Ajuste a valor presente - CPC 06	-	-	8	153
Outras receitas financeiras	-	-	7	-
Total	-	-	4.594	568

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(2.136)	(2.599)
Juros passivos sobre parcelamentos	(3.541)	-	(5.240)	(2.927)
IOF	-	-	(270)	(101)
Juros de mora	(254)	-	(920)	(272)
Juros de mútuos	-	-	(4)	(108)
Despesas bancárias	-	-	(512)	(374)
Descontos concedidos	-	-	(129)	(230)
Ajuste valor presente - CPC 06	-	-	(361)	117
Outras despesas financeiras	-	-	(4)	(885)
Total	(3.795)	-	(9.576)	(7.379)

Variação cambial líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial Ativa	-	-	5.570	6.573
Variação cambial Passiva	-	-	(4.604)	(9.031)
Total	-	-	966	(2.458)

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A melhora no faturamento e do lucro bruto no segmento madeira, impactou positivamente em 2021.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Evolução Segmento Veículos Pesados	31/12/2021	31/12/2020	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	854.804	362.390	136%
Receita bruta revenda de mercadorias	825.549	342.836	141%
Receita bruta prestação de serviços	28.683	19.204	49%
Outras Receitas	572	350	63%
Deduções das Vendas e Serviços	(94.917)	(39.062)	143%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(1.884)	(1.992)	-5%
Impostos s/vendas	(93.033)	(37.070)	151%
Receita Líquida Vendas e Serviços	759.887	323.328	135%
(-) Custo das Vendas	(672.753)	(282.439)	138%
(-) Custo revenda de mercadorias	(664.955)	(276.067)	141%
(-) Custo prestação de serviços	(7.798)	(6.372)	22%
Lucro Bruto	87.134	40.889	113%

A empresa apresentou aumento nas receitas de revendas de veículos, demonstrando recuperação significativa mesmo no momento de pandemia; e com relação à prestação de serviços obteve um incremento na receita de vendas.

Evolução Segmento Madeiras	31/12/2021	31/12/2020	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	199.246	139.499	43%
Receita bruta venda produto acabado	164.747	115.697	42%
Receita bruta revenda de mercadorias	13.197	6.780	95%
Receita bruta prestação de serviços	2.886	2.555	13%
Outras Receitas	18.416	14.467	27%
Deduções das Vendas e Serviços	(15.885)	(9.014)	76%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(6.262)	(1.766)	255%
Impostos s/vendas	(9.623)	(7.248)	33%
Receita Líquida Vendas e Serviços	183.361	130.485	41%
(-) Custo das Vendas	(114.085)	(86.535)	32%
(-) Custo venda produtos acabados	(84.107)	(70.351)	20%
(-) Custo revenda de mercadorias	(27.679)	(14.307)	93%
(-) Custo prestação de serviços	(2.299)	(1.877)	22%
Lucro Bruto	69.276	43.950	58%

O segmento apresentou acréscimo de 58% no Lucro Bruto, em 31 de dezembro de 2021, comparado com 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreu.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4.a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreu.

10.4.b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreu.

10.4.c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício são:

- (a) Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos
- (b) Valor justo de propriedade para investimentos
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- (d) Provisão de perda nos estoques
- (e) Impairment dos ativos

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos da Companhia estão em constante monitoramento para garantir a segurança das informações e dados que irão impactar as informações das demonstrações financeiras. Com base no relatório de controles internos emitido pela auditoria externa da Companhia, são tomadas as providências possíveis para correção de pontos frágeis.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não ocorreu

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

Não ocorreu.

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não ocorreu.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreu.

c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreu.

d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) investimentos, incluindo:****i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Não há previsão.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não há previsão.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há previsão.

c) Novos produtos e serviços, indicando:**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não ocorreu.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não ocorreu.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Setor Veículos Pesados: as pesquisas são realizadas pela Scania e não por suas concessionárias.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**a. Objeto da projeção**

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao secretário da reunião por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. O membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar na reunião por outro membro do Conselho de Administração devidamente autorizado por escrito. Poderá também enviar antecipadamente seu voto por escrito, ou ainda participar da reunião à distância utilizando-se de reunião telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica que possa assegurar a autenticidade da participação. No caso de participação à distância, o membro do Conselho de Administração poderá transmitir via fac-símile (ou outra forma que assegure de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas) declarações de voto sobre as matérias tratadas durante a reunião ou a própria ata lavrada quando da conclusão dos trabalhos. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, todos pessoas naturais, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, investidos nos seus cargos na forma prevista no artigo 149, Lei nº 6.404/76, sendo permitida a reeleição.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou, na falta deste, por seu substituto, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante convocação escrita, contendo o local, a data, a hora da reunião e a ordem do dia.

Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas na lei e neste Estatuto Social:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos;*
- (b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia;*
- (c) Deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, respeitando o disposto neste Estatuto Social, bem como fixar o preço de emissão e prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição de títulos e valores mobiliários em aumento de capital a ser deliberado dentro do capital autorizado, inclusive podendo excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos assim permitidos;*
- (d) Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento, ou permanência em tesouraria para posterior alienação, bem como proposta de resgate de ações de emissão da Companhia.*
- (e) Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures, de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, por delegação da Assembleia Geral;*
- (f) Eleição, reeleição e destituição dos Diretores, bem como fixar as atribuições e competências da Diretoria;*
- (g) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais, a cada um dos executivos e administradores da Companhia;*
- (h) Atribuir aos membros da administração, quando assim for deliberado, a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários;*
- (i) Manifestar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários, na forma do artigo 204, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores;*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (j) Escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessário;*
- (k) Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;*
- (l) Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;*
- (m) Submeter para deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto;*
- (n) Outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas;*
- (o) Fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas);*
- (p) Aprovar a celebração, rescisão ou alteração de qualquer operação ou série de operações com qualquer sociedade na qual qualquer acionista, seus controladores, controladas ou coligadas, qualquer Diretor ou Conselheiro da Companhia, ou de qualquer controlada, tenha participação acionária, sendo certo, porém, que o preceito anterior não será aplicável a qualquer uma destas operações em termos não menos favoráveis à Companhia que aqueles que teriam sido obtidos à época de um terceiro não relacionado acima;*
- (q) Avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Companhia;*
- (r) Deliberar sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente.*

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos de gestão dos negócios sociais, as operações relacionadas aos fins de interesse da Companhia e a representação geral da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, na forma atribuída pelos membros do Conselho de Administração, observadas as hipóteses de competência exclusiva da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social.

A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo que:

- (i)** 1 (um) será designado Diretor Presidente;
- (ii)** 1 (um) será designado Diretor Administrativo Financeiro, que exercerá, cumulativamente, a função de Diretor de Relações com Investidores.; e
- (iii)** 1 (um) será designado Diretor sem designação específica.

Compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários e a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor.

Os Diretores serão eleitos, reelegíveis e destituíveis, a qualquer tempo, por deliberação majoritária dos membros do Conselho de Administração, dentre pessoas residentes no país, capazes, probas e idôneas, acionistas ou não, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição, investidos em seus respectivos cargos na forma prevista no artigo 149 da Lei 6.404/76, com remuneração anual fixada pela Assembleia Geral e individualizada pelo Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, com as atribuições, poderes, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos, reelegíveis e destituíveis pela Assembleia Geral, que lhes ficará sua remuneração.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada na forma da lei e o edital de convocação será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e de 8 (oito) dias, em segunda convocação, devendo ser assinado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo seu substituto, nele devendo constar a ordem do dia, o local e a hora da assembleia.

b. Competências

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis na sede da Companhia, localizada na Alameda Bom Pastor, nº 3700, Bairro Barro Preto, CEP 83.015-140, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, sendo publicados em até um mês de antecedência.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral em relação ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social, como também não poderá votar a aprovação de suas contas como administrador.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Geral por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, desde que comprovadas estas qualidades por meio de mandato com poderes especiais, cujo instrumento procuratório ficará arquivado na Companhia. O respectivo instrumento de mandato devidamente outorgado deverá ser apresentado com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à Assembleia Geral, bem como deverão ser apresentados documentos de identificação e comprovante expedido pela instituição depositária das ações.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização

O Boletim de Voto à Distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e do art. 21-A e seguintes da Instrução nº 481/2009 da CVM (“ICVM 481”), conforme alterada. Nesse caso, é imprescindível que os campos do Boletim sejam preenchidos com o nome completo do acionista (ou denominação social, em se tratando de pessoa jurídica) e o

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa física (“CPF”) ou pessoa jurídica (“CNPJ”), além de um endereço de e-mail para contato. Para que o Boletim seja considerado válido e os votos sejam contabilizados como parte do quórum da AGO, é necessário que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos no Boletim de Voto à distância, na legislação, no que forem aplicáveis, devendo ser observado, excepcionalmente, o que segue: todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; - todas as páginas do Boletim deverão ser rubricadas; - ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e, nos termos da legislação vigente, deverá assinar o Boletim. A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos signatários do Boletim. É recomendável que o acionista envie o Boletim e os documentos a ele relativos com a maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para a sua avaliação e eventual retorno com os motivos para a sua retificação e reenvio, sempre respeitado o prazo de até 7 dias antes da AGO para o seu recebimento pela Companhia ou pelos prestadores de serviços. A Companhia reforça a importância de que os acionistas leiam atentamente os documentos e as informações divulgados em conexão com a AGO, necessários para o melhor entendimento das matérias constantes da Ordem do Dia da AGO, os quais se encontram disponíveis na sede da Companhia, na Alameda Bom Pastor, 3700, Lote A, sala 6, Barro Preto, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR, (www.embpar.com.br) no site da CVM e no site da BM&FBOVESPA, atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<http://www.b3.com.br>).

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente Boletim diretamente à Companhia (item 5.2 abaixo), ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos (item 5.1 abaixo), observadas as seguintes orientações: 5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – sistema de voto à distância: 5.1.1. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para sua realização. 5.1.2. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto à distância poderá também ser realizado por intermédio da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de seus valores mobiliários (“Banco Bradesco S.A.”). Conforme determinado pelos arts. 21-S e 21-T da ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, ou o Banco Bradesco, conforme o caso, desconsiderarão eventuais instruções conflitantes e/ou divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. 5.2. Envio do Boletim diretamente à Companhia: O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, poderá, alternativamente aos prestadores de serviços indicados no item 5.1 acima, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, entregar diretamente ou encaminhar, via correio, os documentos listados abaixo para o endereço da Companhia, localizado na Alameda Bom Pastor, 3700, Lote A, sala 6, Barro Preto, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos abaixo indicados para o endereço eletrônico (ri@embpar.com.br) .

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendem incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Alameda Bom Pastor, 3700, Lote A, sala 6, Barro Preto, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR, para a Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos à proposta, ou por correio eletrônico para (ri@embpar.com.br) , tal como previsto na regulamentação aplicável.

j. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

E indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail à Companhia. Os documentos a serem encaminhados pelo acionista são: (i) Via física do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos: Para pessoas físicas: • Documento de identidade com foto do acionista; Para pessoas jurídicas: • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e Documento de identidade com foto do representante legal. Para fundos de investimento: • Último regulamento consolidado do fundo; • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e • Documento de identidade com foto do representante legal. A Companhia exigirá a consularização e a tradução juramentada dos documentos em idioma estrangeiro. Nos termos do Art. 21-U, da ICVM 481, conforme alterada, nos casos de Boletins encaminhados diretamente à Companhia, será acusado o seu recebimento, pela Companhia, em até 3 (três) dias úteis do seu recebimento, e informado ao acionista, através do endereço eletrônico por ele fornecido, que a Companhia considerou o voto válido ou que há necessidade de retificação e reenvio do Boletim ou documentos, caso necessário, sempre observado o prazo de até 7 (sete) dias antes da realização da AGO, para seu recebimento, pela Companhia.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia: Alameda Bom Pastor, 3700, Lote A, sala 6, Barro Preto, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR ri@embpar.com.br

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato BANCO BRADESCO S.A Endereço físico: Agências do território nacional. Endereço eletrônico apenas para esclarecimento de dúvidas: 4010.acecustodia@bradesco.com.br Telefone para esclarecimento de dúvidas: 0800-7011616. Pessoas de contato: Gerentes das agências do território nacional. Obs: O voto deverá ser exercido pelo acionista pessoalmente nas agências do Banco Bradesco localizadas no território nacional, mediante apresentação do Boletim e demais documentos legalmente necessários.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente bimestralmente conforme estatuto social e extraordinariamente, quando necessário. Em 2021 foram realizadas 08 reuniões do Conselho de Administração.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não existem mecanismos específicos de identificação e administração de conflitos de interesse além dos dispostos na lei. Em relação à identificação e administração de conflitos de interesses, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembleia geral que deliberem sobre assuntos com os quais tenham conflito de interesses, ou ainda de atuar em qualquer transação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Elege-se a Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, para dirimir as questões, disputas, controvérsias ou avenças entre as referidas acima.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Cristiano Locatelli	23/10/1976	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2022	30/04/2023	6
016.504.349-01	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	29/04/2022	Sim	0%
Não há					
Maurício Valente Battistella	23/12/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	30/04/2023	7
215.387.668-09	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022	Sim	100%
Não há					
Melissa Telma Figueiredo	11/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	30/04/2023	7
016.360.399-52	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	100%
Não há					
Luciano Ribas Batistella	20/11/1968	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2022	30/04/2023	7
699.384.909-72	Administrador	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	28/04/2022	Sim	100%

Diretor de Relações com Investidores

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Cristiano Locatelli - 016.504.349-01

FORMAÇÃO:

Graduação em Processamento de Dados na Universidade do Contestado/SC – Conclusão Dez/99.

Graduação em Gestão Estratégica de Vendas na Universidade Norte do Paraná/PR – Conclusão em Out/08.

MBA – Administração Estratégica e Financeira na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Conclusão Ago/11.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Jun/2002 a Atual – Battistella e Cotrasa – Divisão de veículos pesados - Diretor de Operações: Diretoria geral de 7 filiais - concessão Scania no Paraná; Realização de estratégias de comercialização e atendimento a grandes frotista e varejos; Condução de negociações de compras junto à fábrica; Desenvolvimento de ferramentas de controles sobre as vendas, com foco na margem bruta.

Diretor de serviços - Atuação de 2013 a 2015.

Responsável por toda a divisão de prestação de serviços da companhia, tendo sob responsabilidade doze concessionárias, um posto de serviços, um posto de combustível e uma loja de peças; Elaboração de bussiness e marketing plan para as concessionárias; desenvolvimento de estratégias de comercialização de peças e serviços.

Gerência Regional de Serviços - Atuação de 2008 a 2013 - Gestão de 4 concessionárias de caminhões; Gestão direta sobre 12 supervisores, com total de 100 colaboradores; Gerenciamento dos estoques, no valor aproximado de R\$ 2 milhões de reais, com foco no forenecimento de serviços de alto padrão, alto fluxo de giro dos estoques, gerenciamento da obsolescência e realização de compras estratégicas; Gestão administrativa sobre contas a pagar, cobranças de clientes e fluxo de caixa diário; Desenvolvimento de projetos de melhoria contínua e padronizações de certificações do fabricante.

Supervisor de Serviços - Atuação de 2002 a 2008 - Gestão da oficina mecânica e reformas dos veículos; Condução de equipe com 25 pessoas, na qual organizava as atividades, exercia relacionamento e negociações com clientes, seguradoras e com a fábrica, referente a assuntos relacionados a campanhas promocionais, garantias, recalls, entre outros.

Maurício Valente Battistella - 215.387.668-09

Consultor de desenvolvimento de novos projetos nos setores Florestal e Logística da Battistella Administração e Participações S/A. Formado em Administrador de empresas pela FGV Fundação Getúlio Vargas em 1998, possuindo MBA em Relações Internacionais pela Wharton Universidade da Pensilvânia/EUA. Entre os cargos e funções exercidas destacam-se: 2 anos como Consultor pela FGV Consulting com foco em gestão de valor para o acionista, 3 anos como consultor pela The Boston Consulting Group com foco em bens industriais e serviços financeiros e experiência em estratégia e operações nos escritórios de São Paulo, Miami e Nova York. Desde 2008 atua no Grupo de empresas Battistella.

Melissa Telma Figueiredo - 016.360.399-52

Advogada graduada pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Pós-graduada em Direito Empresarial pela FAE Business School. Pós Graduada em Gestão Ambiental na Indústria UFPR/SENAI. 1998 -2000 – Advogada responsável pelo Departamento Jurídico do Mogi Shopping Center em Mogi das Cruzes/SP; 2000 – 2010 – Coordenadora da área cível, contratual e ambiental do escritório Martinelli Advocacia Empresarial em Curitiba/PR; 2010 – 2012 – Coordenadora Jurídica da área contratual e do contencioso cível e trabalhista do Departamento Jurídico da Battistella Administração e Participações S/A e; 2013 – 2014 – Gerente Jurídica do Departamento Jurídico da Battistella Administração e Participações S/A. 2015 – Coordenadora do Contencioso Cível no Escritório Marins Bertoldi Advogados Associados. 2016 – atual Advogada na Battistella Administração e Participações S/A, Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Luciano Ribas Batistella - 699.384.909-72

Administrador de empresas formado pela Universidade Paulista. Ocupou o cargo de Gerente Administrativo Financeiro na Bavesa, uma concessionária General Motors, no período de 1994 e 1996. A partir do ano de 1997 atuou na Battistella Administradora de Consórcios até 2001. A partir do ano de 2002 iniciou como Diretor da Battistella Indústria e Comércio Ltda, no qual permaneceu até 2010.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Cristiano Locatelli - 016.504.349-01	
N/A	
Maurício Valente Battistella - 215.387.668-09	
N/A	
Melissa Telma Figueiredo - 016.360.399-52	
N/A	
Luciano Ribas Batistella - 699.384.909-72	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui Comitês instituídos

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não há relações familiares

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não ocorreram relações de subordinação, prestação de serviços ou controle

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia não possui acordos, apólices de seguros, etc., para despesas suportadas pelos administradores.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 12 do Formulário de Referência.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de remuneração da Companhia para os administradores tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas, que também visa garantir a equidade salarial entre os pares para proporcionar a mobilidade dos executivos entre as várias unidades de negócios.

A remuneração dos administradores é composta por uma parcela fixa e outra variável, como atrativo para reter e atrair os melhores profissionais do mercado, somando-se aos demais aspectos de atração de profissionais qualificados. A Companhia incentiva a superação das metas como forma de minimizar ajustes em remunerações fixas que continuamente voltam a se desalinhar por força de diferentes movimentos regionais ou setoriais de mercado ou legais.

A Companhia valoriza a contribuição individual para o desempenho do conjunto e busca simplicidade na aplicação, compreensão, controle e acompanhamento de metas e de gestão associadas ao desempenho econômico dos negócios e compromissos individuais de ações.

b. Composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração fixa: balizada com as práticas de mercado, visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente, e
- Benefícios: visam complementar os benefícios da assistência social pública e dar maior segurança aos diretores e seus familiares dentro das práticas usuais do mercado, assegurando as perfeitas condições para o desempenho do cargo, sendo beneficiários do seguro saúde Bradesco no plano TOP.

Além da remuneração acima descrita os membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da companhia, também são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Diretoria: os membros da Diretoria fazem jus a uma remuneração composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: balizada com as práticas de mercado, visa reconhecer o valor dos Diretores e externamente, e

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- Benefícios: visam complementar os benefícios da assistência social pública e dar maior segurança aos diretores e seus familiares dentro das práticas usuais do mercado, assegurando as perfeitas condições para o desempenho do cargo, e compreendem plano de saúde, seguro de vida e acidentes pessoais, automóvel e telefone móvel.

Conselho Fiscal:

Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia

Comitê de Gestão de Pessoas:

Não há comitê de gestão de pessoas instalado no grupo.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total (a)Exercício Social encerrado em 31.12.2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	0%	0%
Benefício	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	N/A	NA

Exercício Social encerrado em 31.12.2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	0%	0%
Benefício	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	N/A	NA

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características: (i) porte similar ao da Battistella, em termos de faturamento; (ii) principais concorrentes nos mercados onde atua; (iii) região de atuação; e (iv) filosofias de remuneração consistentes e similares.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e podendo ser reajustados em data a ser estipulada pela Companhia, de acordo com previsão orçamentária anual aprovada pelo Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e desempenhos individuais, em níveis competitivos aos de mercado. A remuneração fixa é baseada na média dos valores praticados pelo mercado, obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, e no desempenho individual.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Um dos parâmetros de ajuste do salário base é desempenho individual (medido por metas individuais, competências e comportamentos), atrelado a previsão orçamentária anual aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, além de incentivar os administradores a buscar maior rentabilidade aos investimentos em projetos diversos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração suportadas por empresas subsidiárias ou controladas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				

Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00			0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Total da remuneração		0,00		0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		3,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		36.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	0,00			3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			36.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Nº total de membros			3,00	3,00
Nº de membros remunerados			3,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			36.000,00	36.000,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não houve	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não houve	
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração		0,00		36.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Não há previsão de remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária baseado em ações de sua emissão.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não se aplica tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária baseado em ações de sua emissão.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não existem opções em aberto, visto que não foram exercidas quaisquer opções nos últimos três exercícios sociais

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração a seus administradores baseada nas ações de sua emissão.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração a seus administradores baseada nas ações de sua emissão.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, por órgão:

Participação Direta	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	Participação no total de Ações Ordinárias
Conselho de Administração	31	0,02%
Diretoria	31	0,02%
Total	31	0,02%

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração, aos diretores estatutários e demais administradores da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	3,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Para os membros do Conselho de Administração ou Diretoria não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	100%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Os membros do Conselho de Administração, ou Diretoria não receberam remuneração além das referentes a função que ocupam na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de Controladas da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. *Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)*

Empregados com base na atividade desempenhada na Emissora			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Administrativo	0	0	0
Comercial.....	0	0	0
Industrial/Operacional.....	0	0	0
Total	0	0	0

Empregados com base na atividade desempenhada nas Controladas Diretas e Indiretas			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Controladas Diretas			
Embpar Participações S/A	0	0	0
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	252	247	235
Battistella Ind. e Comercio Ltda	483	449	411
Total.....	735	696	646

Empregados com base na localização geográfica			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Região Sul.....	735	696	646
Total	735	696	646

b. *Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)*

Empregados terceirizados com base na atividade desempenhada			
Terceirizados	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Administrativo	0	0	0
Comercial.....	0	0	0
Industrial/Operacional	0	0	0
Total	0	0	0

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Empregados terceirizados com base na localização geográfica			
Terceirizados	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Região Sul.....	0	0	0
Região Sudeste.....	0	0	0
Total	0	0	0

c. Índice de rotatividade

	Índice de Rotatividade (em %)		
	2021	2020	2019
Índice de Rotatividade Total.....	3,50%	2,71%	3,04%

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas está detalhada nos itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência, nos quais estão descritos os processos judiciais, administrativos e arbitrais relativos à legislação trabalhista.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Não ocorreram alterações relevantes em Recursos Humanos

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A política salarial da Companhia é baseada na média das remunerações praticadas pelo mercado, sendo que é efetuado o reajuste das faixas salariais, sempre que necessário e em conformidade com a legislação trabalhista e a data base dos dissídios coletivos inerente à categoria dos empregados. Cada localidade possui três tabelas salariais, sendo uma para colaboradores Técnicos Administrativos, outra para colaboradores Comerciais e outra para Operações. A Companhia adota mais de um tipo de aumento salarial, a progressão e a promoção. A progressão é o aumento horizontal, baseado na avaliação de desempenho e potencial, sem mudança de cargo. Já a promoção, é o aumento vertical, caracterizado por meio da passagem para cargo de faixa superior.

b. política de benefícios

A Companhia oferece um pacote de benefícios competitivo com pacotes oferecidos por empresas com dimensões e complexidades semelhantes. De maneira geral, os benefícios concedidos incluem: assistência médica, seguro de vida em grupo, vale refeição, restaurante Industrial e auxílio creche.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações para os empregados.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

O relacionamento da Companhia com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito, mantendo um histórico de harmonia com estas organizações.

A Companhia mantém relações com o sindicato abaixo:

Estado	Sigla	Descrição
PR	SECPB	Sind. dos Empreg. no Comércio de Pato Branco
	SECPG	Sind. dos Empregados no Comércio de P.Grossa
	SINCAPR	Sind. dos Empregados no Comércio de U.Vitória
	SINDECON OESTE	Sind. dos Empr. nas Empresas Concessionárias de veículos, Máq. e Impl. Agríc. da Região Oeste do PR
	SINDICOM PR	Sind. dos Empregados no Comércio de Curitiba
	SINDIGUA	Sind. dos Empregados no Comércio de Guarapuava

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 14 do Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Aliança Battistella Agro Pastoral Adm.de Bens S/A						
44.062.743/0001-61	PR	Não	Sim	24/01/2021		
10.326.900	69,492	0	0,000	10.326.900	69,492	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.533.668	30,508	0	0,000	4.533.668	30,508	
TOTAL						
14.860.568	100,000	0	0,000	14.860.568	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aliança Battistella Agro Pastoril Adm.de Bens S/A				44.062.743/0001-61		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Luciano Ribas Battistella						
699.384.909-72	Brasil-SP	Não	Não			
104.907	50,000	0	0,000	104.907	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maurício Valente Battistella						
215.387.668-09	Brasil-SP	Não	Não			
104.907	50,000	0	0,000	104.907	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Aliança Battistella Agro Pastoril Adm.de Bens S/A				44.062.743/0001-61	
209.814	100,000	0	0,000	209.814	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

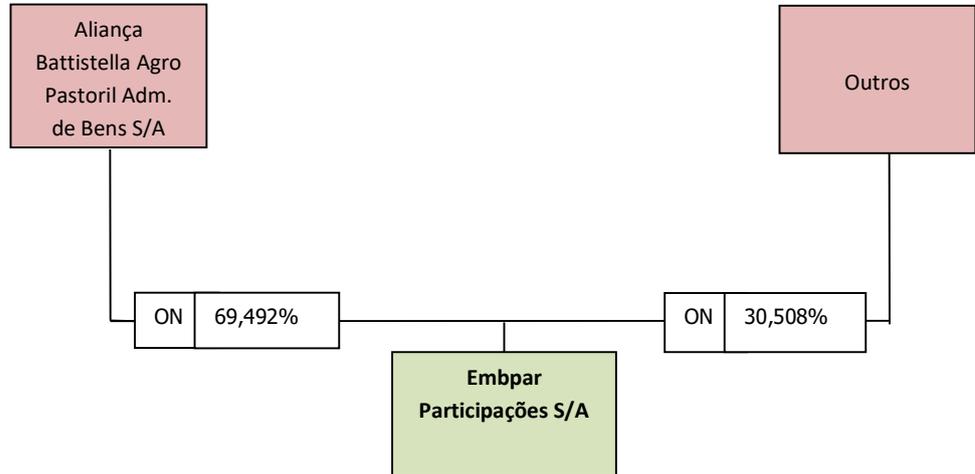
Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física	929
Quantidade acionistas pessoa jurídica	12
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.549.776	10,429%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	1.549.776	10,429%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Não aplicável, visto que não há acordo de acionistas arquivado na sede do emissor, ou do qual o controlador seja parte.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não aplicável, visto que não correram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Evento	Redução de capital da Battistella Administração e Participações S/A (controladora)
Principais condições do negócio	Em 23 de outubro de 2019 foi aprovada a Redução do capital da Sociedade de R\$ 129.590.402,88 para R\$ 45.000.000,00, totalizando uma redução de capital de R\$ 84.590.402,88, com absorção de parte dos prejuízos de exercícios anteriores, constante das Demonstrações Financeiras de Dezembro 2018.
Sociedades envolvidas	Battistella Administração e Participações S/A
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Sem alterações
Quadro societário antes e após a operação	Sem alterações

Evento	Incorporação da Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. pela Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.
Principais condições do negócio	Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a incorporação total da controlada Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. pela controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. A incorporação não implicou em alterações no capital social da Controladora uma vez que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social das empresas envolvidas na operação.
Sociedades envolvidas	Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. e Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Sem alterações
Quadro societário antes e após a operação	Sem alterações

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Evento	Constituição empresa Jaspe Imóveis S/A
Principais condições do negócio	Em 21 de junho de 2021, foi aprovada a constituição da controlada Jaspe Imóveis S/A, onde a controladora detém 99,99%.
Sociedades envolvidas	Embpar Participações S/A e Aliança Battistella Agro Pastoril e Adm. De Bens S/A
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Sem alterações
Quadro societário antes e após a operação	Sem alterações

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A atual política da Companhia é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular dos negócios, a Companhia contrata operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com os preços e condições de mercado. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

A fim de detalhar os principais contratos celebrados entre partes relacionadas, abaixo seguem as principais características de cada um deles:

(i) Instrumento Particular de Contrato de Mútuo:

No contrato de mútuo celebrado entre empresas do Grupo Embpar, o mutuante abre crédito em conta-corrente até um limite em moeda corrente nacional em favor da mutuária, com o propósito de permitir que a mesma faça retirada de quantias para atendimento de obrigações de sua responsabilidade.

Os contratos têm prazo de vigência de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser automaticamente prorrogado e renovado por igual período caso nenhuma parte manifeste a intenção de rescindi-lo com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento. Se rescindido o contrato, serão conciliadas as contas e o saldo devedor deverá ser liquidado em até 30 (trinta) dias da data da denúncia.

O mutuante se reserva o direito de estabelecer prazos e valores a seu critério, para retiradas da mutuária, além de a qualquer momento poder exigir garantias, que deverão ser apresentadas tão logo solicitadas pela mutuária, sendo que caso não seja apresentada a garantia o contrato será considerado imediatamente rescindido.

(ii) Contratos de Compartilhamento de Despesas (Rateio):

O Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Grupo, foi firmado em 01 de janeiro de 2019. Estabelece critérios e parâmetros para as controladas reembolsarem a Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. Os valores rateados foram baseados nos custos efetivamente incorridos e tem como base substancialmente o volume do faturamento.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	31/12/2018	67.620,99	R\$ 67.620,99	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Prazo de 02 anos com renovação						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Battistella Indústria e Comércio Ltda	31/12/2021	10.145.433,00	R\$ 10.145.433,19	Não é possível aferir		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Distribuição de lucros						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Battistella Indústria e Comércio Ltda	31/12/2021	32.940,14	R\$ 32.940,14	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de Compartilhamento de despesas						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	31/12/2021	778.569,00	R\$ 778.569,08	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de Compartilhamento de despesas						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	31/12/2021	8.860.000,00	R\$ 8.860.128,48	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Distribuição de lucros						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**

Para todas as transações dispostas no item 16.2, em caso de conflito de interesses, a Companhia adota as práticas de governança previstas pela legislação vigente. A Lei das Sociedades por Ações proíbe expressamente os acionistas e administradores da Companhia de votarem em Assembleias Gerais ou intervirem em qualquer operação em que exista conflito entre os seus interesses e os da Companhia. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de causar dano ou prejuízo à Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, sendo que o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para Companhia as vantagens que tiver auferido. Em especial, o Artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em Assembleia Geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Em tais operações, os negócios com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o desempenho das empresas, levando sempre em consideração o melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e melhores encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

As operações entre a Companhia e as partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas, e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade, não causando qualquer benefício ou prejuízo para as partes.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não existem outras informações relevantes para esta seção 16 do formulário de referencia

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
23/10/2019	45.000.000,00		14.860.568	0	14.860.568

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram aumentos de capital nos 3 últimos exercícios

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações nos 3 últimos exercícios

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação
26/07/2017	02/10/2017	121,965,575.36	0	0	0	0.00000000	0.00
Forma de restituição	Foi realizada em bens, mediante a entrega aos acionistas da Companhia, na proporção da participação de cada acionista no capital social no capital social da Companhia, de ações ordinárias e preferenciais de emissão da empresa Portosul Participações S/A. Cada acionista fará jus ao mesmo número de ações da Portosul que atualmente titulam no capital social da Companhia, ou seja, 1 (uma) ação detida no capital da Companhia receberão 1 (uma) ação de emissão da Portosul.						
Razão para redução	A Administração da Companhia entende que o seu capital social tornou-se excessivo para o desenvolvimento das suas atividades operacionais e da consecução de seus objetivos sociais, e propôs, nos termos do artigo 173 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.s"), a redução do capital social, cf Proposta da Administração, divulgada no dia 14/07/2017.						
23/10/2019	23/10/2019	84,590,402.88	0	0	0	0.00000000	0.00
Forma de restituição	Não houve restituição, pois a redução de capital não consistiu no cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia						
Razão para redução	A redução do capital reflete o acompanhamento da administração no desenvolvimento dos negócios da Companhia e a adequação de capital às suas necessidades operacionais. Neste contexto, para desenvolvimento dos negócios e consecução dos objetivos sociais da Companhia, considerando os prejuízos acumulados apresentados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a administração propos que deste prejuízo ocorra a redução de capital. A redução de capital não consistiu no cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia						

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não existem outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 17 até a data deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório, aos quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre capital próprio, na forma da Lei n.º9249/95. Contudo, no exercício social em que a administração informar, em exposição justificada, à Assembleia Geral, que tal distribuição incompatível, o dividendo obrigatório poderá não ser distribuído.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre as características do reembolso do capital. Contudo, a Lei 6.404/76 dispõe em seu Artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso no valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data de deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e levantado o balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei 6.404/76 o Estatuto Social e as deliberações das Assembleias Gerais não poderão privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos da Lei 6.404/76; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei 6.404/76; e (v) retirar-se do quadro de acionistas nos casos previstos na Lei 6.404/76. Qualquer modificação dos direitos não dispostos acima deverá ser deliberada em Assembleia Geral.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes, além das informações já dispostas no presente Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto*Obrigações de Realização de Oferta Pública*

O Estatuto Social da Companhia não contém cláusulas de proteção à dispersão acionária. Não obstante, a disposição contida no Artigo 6º, Parágrafo 2º, item *b* do Estatuto Social, obriga a realização de oferta pública de acordo com o Artigo 254-A da Lei 6.404/76.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.097.415	11,20	9,05	R\$ por Unidade	9,98
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.512.905	22,32	9,48	R\$ por Unidade	14,60
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.852.296	17,44	12,49	R\$ por Unidade	15,19
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.891.398	16,50	11,27	R\$ por Unidade	13,64

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.386.331	11,25	4,49	R\$ por Unidade	7,60
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	779.971	6,35	4,26	R\$ por Unidade	4,90
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.406.648	13,30	5,99	R\$ por Unidade	9,26
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.622.245	12,80	10,10	R\$ por Unidade	11,21

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	931.732	4,40	3,01	R\$ por Unidade	3,94
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	425.130	4,12	3,31	R\$ por Unidade	3,69
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.352.192	8,79	3,56	R\$ por Unidade	5,32
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.018.837	6,40	4,82	R\$ por Unidade	5,48

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia serão negociação na BM&FBOVESPA sob o código “EPAR3”

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não efetuou negociação em mercados estrangeiros

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não aplicável, dado que a Companhia ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizaram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a ações de emissão da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações relevantes para esta seção 18 do formulário de Referência

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não ocorreram planos de recompra na Companhia

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui ações em tesouraria

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão, em tesouraria.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui Política de Negociação formalizada

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, a Companhia não adota norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Conforme Instrução CVM nº 358/02, a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2008 (“Política de Divulgação”), consiste na política da Companhia que regula a divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Abaixo seguem as principais características da Política de Divulgação da Companhia.

A Política de Divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Divulgação de Fatos Relevantes. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

Sempre que possível, a divulgação de qualquer fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Sempre que for veiculado Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o fato relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, às Bolsas de Valores e aos investidores em geral.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar fato relevante deverá comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e da Política de Divulgação.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação por mais de 3 (três) dias úteis contados do comunicado escrito nos termos da Política de Divulgação deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos Administradores para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos Administradores e das Pessoas

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Vinculadas que tiveram acesso a Fatos Relevantes não divulgarão apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

Exceção à Imediata Divulgação. O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar à CVM a manutenção das informações em sigilo, sendo que a solicitação à CVM deverá ocorrer por meio de envelope lacrado com a inscrição “CONFIDENCIAL” endereçado à Presidência da CVM.

Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de fato relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas. As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de informações privilegiadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que o respectivo fato relevante seja divulgado ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Fatos Relevantes em lugares públicos. Informações privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As pessoas vinculadas devem ainda: (a) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados; (b) zelar para que a violação do aqui disposto não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e (c) comunicar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com, valores mobiliários de emissão da Companhia, de sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação acima referida deverá abranger negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia ou de emissão de suas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas. Tal comunicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358/02, contendo: (i) indicação do saldo da posição antes e depois da negociação no período; (ii) nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda; (iii) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e (iv) forma da aquisição ou alienação, preço e data das transações.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia ficará responsável pelo envio das informações acima referidas à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As pessoas vinculadas devem ainda comunicar à Companhia, à CVM e às Bolsas de Valores os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro, de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas, nos mesmos termos acima indicados.

Quaisquer violações da Política de Divulgação verificadas pelas pessoas vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As pessoas vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverão informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O responsável pela Política de Divulgação de Informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.